

Delírios raciais

O anterior regime invocou diferenças étnicas, inexistentes segundo antropólogos e historiadores, para justificar a aplicação da "solução final" já tentada pelos nazistas e ultranacionalistas da ex-Iugoslávia

Alex de Waal*

E difícil explicar em poucas linhas o que motivou todo o terrível derramamento de sangue ocorrido em Ruanda, mas podemos (e devemos) tentá-lo. Podemos rastrear as causas na desesperada pressão pela terra, na pobreza rural intensificada pelo colapso do preço mundial do café e na determinação de um grupo privilegiado por manter suas posições no governo e no exército. Esses elementos ajudaram a colocar mais lenha na fogueira. Mas a faísca que desencadeou o genocídio está na ideologia racial extremista dos hutus que até meados de julho detinham o poder.

O breve governo interino hutu (instalado em abril e derrubado em julho de 1994) se propôs não só à erradicação da minoria tutsi como também a acabar com os direitos humanos e o movimento democrático no país. Para compreender esse extremismo é necessário aprofundar-se nas origens de sua identidade.

Os antropólogos e os historiadores coincidem em não aceitar que os hutus e os tutsis sejam classificados como "tribos" e inclusive como diferentes "grupos étnicos". Ambos falam o mesmo idioma, dividem o mesmo território, as mesmas instituições políticas tradicionais e é impossível definir à qual grupo pertence um indivíduo a partir de seu aspecto físico.

Ruanda é — ou era — uma das verdadeiras nações da África. Há um século, existiam três grupos, determinados pelo status da atividade que exerciam na sociedade, e um grande número de clãs, definidos pela posse da terra. Não eram nem sequer diferentes "grupos étnicos".

Os conquistadores europeus — primeiro alemães e depois belgas — aproveitaram a existência dessas diferentes categorias e as carregaram de racismo. A minoria tutsi foi identificada como

uma aristocracia que governava um Estado tão sofisticado que ela só podia ter se originado em um lugar geográfica, cultural e, sobretudo, racialmente próximo à Europa, ou seja, Etiópia.

D. León Classe, o primeiro arcebispo católico de Ruanda, considerava que os tutsis tinham um antecedente ariano e seus membros reivindicavam ser

líticos passaram a considerá-los "os habitantes originais" e os tutsis foram considerados estrangeiros em seu próprio país.

Foi inútil gritar que hutus e tutsis não são grupos étnicos separados. Sessenta anos de governo colonial e tutsi e 35 anos de supremacia hutu após a revolução de 1959 — que mandou para o



Para milhões de tutsis, não restou outra alternativa senão fugir de Ruanda

uma das tribos perdidas dos primeiros anos do cristianismo. Quando a corte tutsi se converteu ao catolicismo romano, aproveitou esse fato para legitimar seu mandato contínuo.

Enquanto isso, a maioria hutu foi tachada de "camponeses bantus", destinada a uma vida de trabalho e sem direito à educação ou à participação política.

Em 1959, ao aproximar-se a independência, os belgas contribuíram para uma "revolução social" que varreu a monarquia tutsi e instalou uma república hutu. Os extremistas locais e alguns missionários europeus começaram a falar de uma "raça hutu". Os po-

exílio mais da metade da população tutsi — mudaram radicalmente as relações entre eles.

Identificação da vítima—Para os derrotados arquitetos do genocídio, a questão da etnicidade representava outro problema: como distinguir suas vítimas. Não se podia fazer através do idioma ou da localização territorial e o tamanho do nariz era um dado incerto. Checar os documentos demandava tempo, e o êxito da operação estava associado à sua velocidade.

Os extremistas resolveram o problema mobilizando pelo menos um soldado para cada dez casas ao longo de todo o

Chaves para entender a guerra civil

* **A faísca.** Os acordos de Arusha, firmados na Tanzânia em agosto de 1993, contemplavam uma divisão do poder entre o governo, os rebeldes da Frente Patriótica Ruandense (FPR) e os partidos de oposição, fundamentalmente os hutus do sul.

Mas o misterioso atentado que custou a vida dos presidentes de Ruanda e Burundi em 6 de abril passado — no qual, segundo o jornal *Le Soir*, estiveram implicados militares franceses — reacendeu a guerra.

* **O conflito.** Embora artificial, o “fator étnico”, imposto pelos colonialistas belgas, desempenhou um papel perverso. Sem possuir consciência nacional, o governo derrubado adotou a velha estratégia do bode expia-

tório, decretando a “revolução social” (hutu, obviamente) contra os “tutsis feudais”. Os hutus e os tutsis praticam a mesma religião (essencialmente o cristianismo) e falam a mesma língua.

* **As vítimas.** Os tutsis foram os mais afetados, embora a Guarda Presidencial tenha executado vários ministros e funcionários hutus que se opunham ao etnicismo raivoso do regime.

* **A Frente Patriótica Ruandense.** Nascido nos campos de refugiados de Uganda, para onde várias centenas de milhares de tutsis foram obrigados a fugir entre 1959 e 1973, a FPR invadiu Ruanda em 1º de outubro de 1990.

Seu líder, o general Paul Katame, inacreditavelmente, é hutu. Considera um erro as diferenças étnicas e reivindica as origens de um povo ruandense unificado, deixando de mencionar, convenientemente, a opressão tutsi sobre os hutus desde tempos históricos.

A ideologia da FPR é prática, feita para ouvidos ocidentais. Ao relativizar a questão étnica, promove os interesses de uma minoria relativamente rica e bem-educada, ao mesmo tempo que esconde o desprezo que muitos comandantes tutsis sentem pelos hutus. Embora seus líderes admitam que suas forças cometeram “excessos”, a FPR não promove a perseguição sistemática de adversários.

país, de tal forma que cada família tutsi pudesse ser identificada por uma pessoa que a conhecesse pessoalmente. Daí que professores tenham matado as crianças em suas escolas, clientes assassinaram comerciantes e vizinhos trucidaram vizinhos. Massacrar era um dever civil.

O governo interino de Ruanda aperfeiçoou a tecnologia do genocídio e, de algum modo, se colocou em dia com os métodos industriais de extermínio desenvolvidos pelos nazistas.

Seguindo as orientações dos extremistas hutus, as primeiras e mais importantes vítimas da matança foram destacadas figuras da sua própria etnia: políticos da oposição, acadêmicos, jornalistas, defensores de direitos humanos, advogados, padres, empresários — todos hutus. A nata da sociedade civil foi aniquilada em poucos dias.

Um novo problema filosófico — Quando a tempestade desabou em Ruanda, a reação do mundo ocidental

foi simplesmente acusar as autoridades de selvagerismo anárquico, evacuar seus cidadãos e tirar de lá tudo o que pudesse ser levado, deixando para trás apenas um pequeno contingente de tropas da ONU.

A partir de então, os assassinos puderam seguir em frente com seus planos sem maiores obstáculos. O ritmo do jogo diplomático foi muito mais lento que o do genocídio. Os generais e os ideólogos do massacre afiaram suas armas mais rapidamente que os partidários da paz e da democracia.

Em Ruanda esteve em jogo muito mais que a sobrevivência dos tutsis. O objetivo dos assassinos era a “solução final” da ameaça ao seu poder. Se tivessem tido êxito, o arsenal do extremismo político internacional teria se enriquecido com novas técnicas de propaganda, novos métodos de delação e execuções em massa.

Os assassinos fracassaram devido à oposição da Frente Patriótica Ruandense (FPR) e não à atuação das tropas da ONU ou à pressão internacional: foi uma derrota acidental do genocídio e não uma vitória dos direitos humanos. ■



Famílias inteiras massacradas: reedição de métodos já utilizados pelos nazistas

* Codiretor de “Direitos Africanos”, uma nova organização de direitos humanos. Este artigo é uma condensação de um trabalho publicado no *Times Literary Supplement* antes da formação do novo governo de Ruanda